



Jauru e Mirassol ganham novos fóruns

Perri cumpre meta de investir na reestruturação física da 1ª Instância, inaugura dois fóruns, e anuncia mais obras para 2014

Páginas 4 e 5



Acesso à Informação

TJ demonstra transparência quando o assunto é uso de recursos públicos

Página 8



Apolo Eletrônico

Sistema recebe melhorias para a 2ª fase de expansão

Página 2

Centros Judiciários

Primeiro semestre de 2014 tem recorde de conciliações

Página 3



Bem Viver

Saiba como prevenir doenças respiratórias quando cai a umidade do ar

Página 7

Editorial

O presidente do Tribunal de Justiça, Orlando Perri, inaugurou no final de julho dois novos fóruns, de Mirassol D'Oeste e Jauru, cujas construções foram iniciadas em sua gestão. Além dos novos prédios, dezenas de outros fóruns passaram ou passam por reformas e/ou ampliação.

Isso significa dizer que um ano e cinco meses depois de tomar posse, o presidente cumpre o que foi anunciado como uma das metas da sua gestão: a reestruturação física da primeira instância.

Nesta edição o leitor vai conhecer ainda a expansão do sistema Apolo Eletrônico pelo interior. O Digoreste explica algumas melhorias realizadas no sistema para atender sugestões de promotores, defensores e procuradores.

Aproveite a leitura para conhecer um pouco mais sobre o Sítia, um Sistema de Informação para a Infância e Adolescência que está sendo desenvolvido com o objetivo de alimentar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Por meio dele, será possível monitorar os atos praticados pelos adolescentes em conflito com a lei, com segurança e confiabilidade. Quem fala sobre o assunto é o juiz José Antônio Bezerra Filho.

Até setembro!

Direto aos Fatos

Padronização

Gestores gerais das 79 comarcas de Mato Grosso foram contemplados com o Manual da Central de Administração da Primeira Instância do Poder Judiciário. O objetivo é padronizar as rotinas de trabalho de toda a Primeira Instância, além de contribuir para uma produção mais eficiente, célere e racionalizada, bem como o aprimoramento pessoal e técnico dos servidores.



Saúde no Interior

Com o objetivo de expandir o atendimento aos servidores de todas as comarcas do interior, o Tribunal de Justiça autorizou o credenciamento de 79 profissionais de psicologia e 86 fisioterapeutas. As inscrições e editais ficarão sob a responsabilidade das comarcas.

Gestão Participativa

Além da participação nas audiências públicas, magistrados e servidores tiveram mais uma semana para enviar, pela intranet, suas sugestões para o Planejamento Estratégico 2015/2020 do Poder Judiciário, que já está sendo elaborado. O TJ garantiu o anonimato, para que todos ficassem à vontade para enviar críticas e sugestões.

Pelas Comarcas

Centros Judiciários alcançam 74% de acordos

Nos seis primeiros meses de 2014, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania espalhados por Mato Grosso alcançaram a marca de 912 acordos firmados, o que representa 74% de conciliações. De janeiro a junho foram realizadas 1.223 audiências nas 15 unidades judiciárias. As comarcas que mais tiveram conflitos solucionados foram Cuiabá (290), Juína (136) e Peixoto de Azevedo (113).

A presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargadora Clarice Claudino da Silva, afirma que o resultado positivo se deve a muito trabalho, mas também à conscientização da população sobre a importância de conciliar. "As pessoas vão descobrindo aos poucos as vantagens de negociar ao invés de propor uma ação judicial e, ainda, a possibilidade de participar da solução do seu problema ao invés de ficar esperando pela sentença do juiz", observa.

Cada tipo de litígio, conforme explica a magistrada, requer um tipo de tratamento adequado, podendo ser passível de mediação ou, então, conciliação. "Na mediação e na conciliação é possível que aquela pessoa que pede uma indenização, às vezes, só queira que a outra parte reconheça que estava errada e peça desculpas. O prejuízo da espera não é o único que se evita com essas novas ferramentas", sustenta.

Além disso, a desembargadora destaca dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dão conta de que conciliar um conflito reduz a praticamente zero o custo de um processo, tanto para os feitos em fase pré-processual quanto para os já judicializados. Cada processo custa cerca de R\$ 1,4 mil por ano, segundo o órgão superior. "Nós temos que cooperar para que esse sistema seja enxugado e trabalhe de forma mais ágil e mais satisfatória. E esse é o caminho", ressalta.



Veja as próximas instalações:

- 22/08 - Juara, horário a definir.
- 29/08 - Campo Novo do Parecis, horário a definir.
- 11/09 - Colíder, horário a definir.
- 26/09 - Alto Araguaia, horário a definir.
- 10/10 - Pontes e Lacerda, horário a definir.
- 31/10 - Alta Floresta, horário a definir.

Novos centros

Em agosto, o Poder Judiciário comemorou a instalação do 20º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na Comarca de Jaciara (144 km ao sul de Cuiabá). Para o juiz coordenador do centro, José Eduardo Mariano, agora que o espaço foi instalado cabe aos juizes e servidores tornarem esse serviço efetivo. "A população agora precisa vir até o Judiciário,

apresentar os problemas e acreditar nessa nova proposta, que se resume em resolver os conflitos que afetam o cidadão de forma célere". No dia 8 foi a vez de Paranatinga (373 km ao sul de Cuiabá) receber o seu espaço.



Segunda fase de expansão tem melhorias

Para atender características específicas das comarcas de Segunda, Terceira ou Entrância Especial, como um número maior de promotores de Justiça, defensores públicos e procuradores, o Sistema Apolo Eletrônico vem recebendo melhorias. Essas mudanças são discutidas em conjunto entre servidores do Departamento de Aprimoramento da Primeira Instância (Dapi), ligado à Corregedoria Geral da Justiça, e os operadores institucionais, como são chamados os parceiros da Justiça.

Ao implantar o sistema nas comarcas da Primeira Entrância, em que há somente um promotor de Justiça, o envio da peça era feito pelo Portal Eletrônico do Advogado (PEA). No entanto, com a expansão do sistema para outras comarcas, os multiplicadores do Dapi foram identificando a necessidade de aprimo-

rar a distribuição das peças, para que cada promotor tenha acesso apenas aos seus processos. Para isso foram criadas pastas exclusivas para cada membro do MP.

Além disso, segundo Rafael Gomes, desenvolvedor de Sistemas do Dapi, as mudanças trouxeram a possibilidade de ter assessores trabalhando no processo, assim como de ter um rascunho do ato no qual o mesmo está trabalhando, possibi-

litando salvar e recuperar o trabalho, e enviar para análise de outros operadores até a sua confirmação.

A nova versão garante um módulo exclusivo para os operadores institucionais, que será acessado pelo link apolo.tjmt.jus.br. Segundo o diretor do Dapi, Reginaldo Cardozo, todas essas mudanças foram discutidas com os operadores institucionais, para detectar eventuais falhas e encontrar soluções.

Ainda na atual gestão o objetivo é instalar o Apolo Eletrônico em quatro varas da Capital, são elas: Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular, Vara Especializada de Justiça Militar, Vara de Execuções Penais e Vara de Execução Fiscal (a ser instalada).

Veja onde o sistema funciona

Poconé
Dom Aquino
Nortelândia
Santo Antônio do Leverger
Itaúba
Itiquira
Nova Ubiratã
Paranaíta
Porto dos Gaúchos
Querência
Apiacás
Nobres
Rosário Oeste
Juscimeira
Araputanga
Alto Garças
Pedra Preta
Guiratinga
Jauru

Execuções Penais e Vara de Execução Fiscal (a ser instalada).



Digoreste é uma publicação mensal do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Gestão biênio 2013/2015
Presidente
Orlando de Almeida Perri
Vice-presidente
Márcio Vidal
Corregedor-Geral da Justiça
Sebastião de Moraes Filho

Produção
Coordenadoria de Comunicação Social do TJMT
Edição
Nadja Vasques
Redação
Janã Pinheiro, Keila Maressa

Participe
Interessados em sugerir pautas ou divulgar notícias no informativo Digoreste podem entrar em contato com a equipe através do e-mail: imprensa@tjmt.jus.br





Perri inaugura dois fóruns e anuncia mais obras em 2014

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Orlando de Almeida Perri, inaugurou em julho os novos fóruns de Mirassol D'Oeste (300 km a oeste de Cuiabá) e Jauru (425 km a oeste). Estas foram as primeiras obras construídas nesta gestão a serem entregues pelo presidente, que anunciou ainda para este ano a inauguração do novo Fórum de Colíder (650 km ao norte), além da licitação das obras de construção dos fóruns de Primavera do Leste e Várzea Grande.

Durante a solenidade de inauguração, Perri lembrou que, ao assumir a Presidência do TJ, em março de 2013, firmou um compromisso com a sociedade de implantar ações que melhorassem a entrega da Justiça, proporcionassem mais celeridade nos julgamentos e também fortalecessem a imagem do Poder Judiciário. Ele salientou que os novos prédios não representam apenas mais conforto para os servidores e magistrados, mas também para a população e operadores do Direito.

De acordo com o coordenador de Infraestrutura do Tribunal de Justiça, Roberto Cyriaco, a opção pela construção de novos prédios se deu em função da estrutura física dos antigos não comportarem mais os serviços básicos das unidades judiciais. As áreas onde foram construídos os fóruns foram doadas pelas respectivas prefeituras.

Em Mirassol D'oeste a área total doada foi de aproximadamente 10 mil m² e a área construída de pouco mais de 2,8 mil m². O valor total da obra ficou em cerca de R\$ 4,9 mi e o Fórum está localizado na Avenida Barão de Melgaço, s/nº, bairro Alto da Boa Vista.

Para a juíza diretora do Fórum, Edna

Ederli Coutinho, o novo prédio é bem mais moderno e confortável para a população que procura os serviços da Justiça e ainda tem espaço suficiente para os novos programas que são desenvolvidos para a melhoria da prestação jurisdicional.

“Com o novo espaço nós teremos como receber o programa Depoimento Sem Dano, que ainda não havia sido instalado na comarca por falta de espaço físico. O programa é uma forma de ouvir crianças que sofreram algum tipo de abuso utilizando métodos lúdicos e com o carinho que elas necessitam. Outro ganho foi a instalação do Centro Judiciário de Solução e Conflitos, que vai melhorar a resolução das lides por meio de mediação”, explica a magistrada.

Já em Jauru, o terreno doado é de 9,6 mil m² e a área construída de 2,4 mil m². O espaço atenderá à população das cidades de Jauru e Figueirópolis D'oeste, somando quase 15 mil habitantes. O novo imóvel está localizado na Avenida Rui Barbosa, s/nº, Centro. A obra custou aproximadamente R\$ 4 milhões.

De acordo com o juiz titular da comarca, Cláudio Deodato Rodrigues Pereira, as diferenças entre os dois prédios são enormes, pois o antigo era uma residência e foi adaptado para o funcionamento do fórum local. “Como a residência é um sobrado e a sala de audiência fica no andar superior, depois de



três lances de escadas, muitas vezes realizei as audiências de forma improvisada no andar térreo entendendo as dificuldades do cadeirante ou do idoso. Agora com o novo prédio esta preocupação desaparece, pois foram respeitadas todas as normas de acessibilidade”, ressalta Pereira.

À exceção do número de varas e em virtude da padronização das obras, os dois fóruns terão a mesma estrutura física, como por exemplo, uma sala para 'Depoimento sem Dano'; auditório para realização do Tribunal do Júri; cabeamento lógico e elétrico para evitar quedas de energia; entrada privativa para reeducandos; estacionamento para magistrados, operadores do Direito, servidores e jurisdicionados; além de acessibilidade para pessoas com deficiência.



TJ licita três grandes obras ainda este ano

Serão licitadas ainda este ano as obras de construção dos fóruns de Primavera do Leste (231 km ao sul de Cuiabá), Várzea Grande e do Juizado Especial Unificado de Cuiabá. Segundo a diretora de Obras do TJMT, engenheira Sheila Duarte Monteiro, a expectativa é iniciar a obra de Primavera do Leste em 2014.

O terreno de 23 mil m² onde será construído o novo Fórum de Primavera do Leste fica no bairro Jardim das Américas. A área foi doada pelo município e a área total construída será de 7 mil m², suficiente para abrigar 10 varas. O prédio terá todas as condições de acessibilidade previstas em lei, além de amplo estacionamento para os públicos interno e externo.

A área onde será construído o novo Fórum de Várzea Grande fica na localidade denominada Chapéu do Sol (distante 7km do centro da Cidade Industrial) e foi doada por um empresário. Os terrenos ao redor também foram doados pelo mesmo

empresário para construção da Defensoria Pública, Ministério Público e a subseção da OAB do município, com o objetivo de instalar no local um Complexo Judiciário, facilitando o acesso do cidadão a todos os órgãos da Justiça. A nova unidade judiciária

será instalada em um terreno de 30 mil m², sendo 21,5 mil m² de área construída.

Já o Juizado Especial Unificado será erguido ao lado do Fórum da Capital. A área construída será de 23 mil m² e assim que estiver concluído irá reunir

todos os juizados especiais cíveis e criminais de Cuiabá, que atualmente funcionam no Complexo Maruanã (avenida do CPA) e no Jecrim (avenida Getúlio Vargas). O local também irá abrigar a sede do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, que ocupará uma área de 1 mil m² e o Arquivo Central do Poder Judiciário, que terá um espaço de 3 mil m².



Reformas beneficiam dezenas de unidades

A reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Cáceres foi a primeira obra de grande porte inaugurada pela atual administração do TJMT e teve um custo de mais de R\$ 6 milhões. O prédio, que antes possuía área total de 4,6 mil m² foi ampliado em mais 1,8 mil m², totalizando 6,4 mil m² de área construída. O Fórum foi entregue à população no dia 29 de abril.

Assim como Cáceres, o Fórum de Barra do Garças também será ampliado em 400 m², para abrigar o Juizado Especial. O projeto de reforma também prevê acessibilidade para deficientes físicos e idosos e um sistema de prevenção e combate a incêndio. No total, a área construída ficará em 3.024 m².

A Comarca de Poxoréu (251 km ao sul de Cuiabá) terá o telhado totalmente substituído, assim como o posto de transformação de energia elétrica, que em virtude de problemas técnicos deixava a comarca constantemente sem energia. Banheiros antigos serão reformados, e o prédio receberá pintura e portas novas.

Também estão previstas no orçamento obras de reforma nas comarcas de Juara (R\$ 2,2 mi), Aripuanã (R\$ 500

mil), e Porto dos Gaúchos (R\$ 1,55mi). Em Juína será realizado o fechamento do terreno, a pintura e as obras de acessibilidade.

Em Cuiabá, além da reforma do Fórum – manutenção geral na estrutura metálica, pintura, rede lógica e elétrica - o Poder Judiciário investirá cerca de R\$ 1 mi para transformar o antigo prédio onde funcionava a Polícia Judiciária Civil, na rua Miranda Reis, no Juizado Especial Criminal (Jecrim), que vai deixar a avenida Getúlio Vargas. Nesse novo prédio será instalado um elevador, sistema de proteção contra incêndio, banheiros públicos, além das varas completas (gabinete, secretaria, sala de audiência e de conciliação).

No Tribunal de Justiça, até o final de dezembro, os quatro plenários serão reformados e higienizados. Além dos plenários, já estão recebendo calçamento os estacionamentos I e H. O Anexo Administrativo e a Escola dos Servidores terão a rede lógica e elétrica reestruturadas. O restaurante será ampliado e os espaços ganharão rampas de acessibilidade e sistemas de prevenção e combate a incêndios.

Credenciamento contempla comarcas mais distantes

O credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de engenharia e arquitetura lançado pela Coordenadoria de Infraestrutura do TJMT no final do ano passado conseguiu contemplar as necessidades das comarcas que ficam mais distantes da Capital. Com isso, comarcas como Colíder ou São Félix do Araguaia receberam a visita de profissionais que, após vistoria, detectaram quais serviços seriam necessários e elaboraram projetos técnicos para que os problemas fossem sanados.

A iniciativa permitiu que empresas do interior, mais próximas dessas comarcas, se credenciassem, despertando nelas o interesse pelo serviço em virtude do reduzido custo de deslocamento, em comparação com a Capital. “Conseguimos, dessa forma, ouvir as necessidades dessas comarcas. Esses projetos agora serão conferidos e se transformarão em serviços a serem licitados”, disse a engenheira Sheila Duarte Monteiro.

Até o momento 11 empresas já se credenciaram e outras estão com a documentação sob análise. Elas são cadastradas por atividade e região e são chamadas por ordem de credenciamento. Segundo o coordenador de Infraestrutura do TJMT, Roberto Cyriaco da Silva, o credenciamento tem por finalidade manter à disposição do Poder Judiciário diversas empresas aptas a atenderem todas as demandas que surgirem, de forma célere.

Entrevista

Projeto Sopia chega a duas comarcas

O projeto piloto de implantação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, o Sopia, está sendo desenvolvido em duas comarcas do Estado: Cuiabá e Várzea Grande. O Sopia alimentará o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), acessado em todo o país. Por meio dele, será possível monitorar os atos praticados pelos

adolescentes em conflito com a lei, com segurança e confiabilidade. Nesta entrevista, o juiz José Antônio Bezerra Filho, da Coordenadoria da Infância e Juventude, fala um pouco sobre o Sopia. Explica, por exemplo, como se dará a expansão dele em Mato Grosso e como ele pode garantir os direitos das crianças e adolescentes.

Gostaria que o senhor explicasse o que é o Sopia.

O Sopia é um cadastro nacional que possibilita o monitoramento e avaliação do sistema socioeducativo, bem como a gestão de informações que possibilitarão a implementação de políticas públicas voltadas aos direitos humanos de crianças e adolescentes. Podemos dar um exemplo, caso um menor de Lucas do Rio Verde pratique ato em conflito com a lei no Rio Grande do Sul, as autoridades de lá terão total acesso aos dados dele, como endereço, contatos, responsáveis, atendimentos que foram desenvolvidos, inclusive médicos e psicológicos, se cumpriu medidas socioeducativas e até fotos para sua identificação.

Quem terá acesso ao sistema e quem alimentará?

Quem terá acesso serão aqueles que têm o dever de alimentar diariamente esses dados. Poderão acessar o sistema os componentes da rede de proteção, que inclui os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Creas, delegacias, psicólogos e assistentes sociais. O acesso é individual, controlado por senha e login. O acesso é amplo a todos os entes da rede, contudo, alterações e implementos poderão ser feitos apenas pelos gestores de cada área específica.

Como será feito o controle?

Nossa equipe viajará constantemente e também fará o



suporte à distância. Pelo sistema é possível saber quantos processos foram cadastrados, de que forma e identificar falhas. O principal objetivo é evitar problemas e corrigi-los.

Qual a importância desse sistema?

Esse sistema alimenta um banco nacional de informações do socioeducativo, portanto, poderá ser acionado de qualquer parte do país. Teremos um histórico familiar, o bairro onde o adolescente reside e também comete infrações, traçando assim o perfil desse menor. Identificaremos a atuação de gangues e poderemos inibir sua ação, bem como exigir a aplicação de políticas públicas nas localidades apontadas. Será uma indicação de onde e como poderemos e deveremos aplicar os planos de apoio e que gerem oportunidade aos menores e suas famílias. Um combate direto no que oportuniza o problema da desestrutura familiar. Um trabalho de base.

Qual a programação de implantação e treinamento do sistema em MT?

Já implantamos e treinamos servidores de Cuiabá e Várzea Grande, onde o projeto piloto está sendo implantado. Nossa equipe já realizou capacitação também na Comarca de Rondonópolis e Cáceres. Vamos também a Barra do Garças, Sorriso, Sinop, Diamantino, Tangará da Serra, Primavera e Alta Floresta. Nossa meta é termos ainda este ano 100% do sistema implantado nas 79 comarcas e 90% dos processos cadastrados. Processos antigos e novos passam a ser cadastrados simultaneamente.

TJ Recomenda



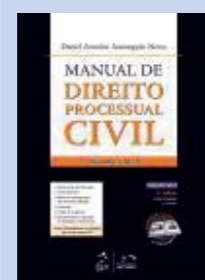
Direito Administrativo Descomplicado

O livro aborda temas relevantes da disciplina, contemplando o conteúdo de editais dos principais concursos públicos, como também os programas das universidades do

País. Apresenta ainda uma extensa seleção de exercícios extraídos de provas de importantes bancas examinadoras, organizados por assunto.

Manual de Direito Processual Civil

Com conteúdo moderno e alinhado às recentes reformas do Código de Processo Civil, o trabalho está organizado em volume único que abrange seis divisões, totalizando oitenta



capítulos: Teoria geral do processo, Processo/fase de conhecimento, Meios de impugnação das decisões judiciais, Execução, Tutela de urgência e Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.

Oratória para Advogados e Estudantes de Direito

Neste verdadeiro curso para o advogado falar em público, além de saber como usar a palavra em sua área específica do Direito, você aprenderá como conquistar a confiança dos ouvintes, combater a timidez, usar recursos audiovisuais, fazer homenagens, apresentar oradores, conceder entrevistas para rádio e TV e a usar com segurança a voz, o vocabulário e a expressão corporal.



Bem Viver

Problemas respiratórios aumentam com tempo seco

Nesta época do ano a incidência de doenças respiratórias cresce em até 40% na região Centro-Oeste. O período de seca, quando a umidade relativa do ar diminui e o número de queimadas aumenta, faz surgir uma série de problemas ligados ao aparelho respiratório. Os mais comuns são as viroses, rinite alérgica, asma, bronquite, faringite, alergia nos olhos e sangramento no nariz.

O médico Homero Florisbello, que atende no Ambulatório do Tribunal de Justiça, explica que as doenças respiratórias podem atingir pessoas de todas as idades, mas elas são mais comuns nas crianças, idosos e nos imunossuprimidos (pessoas que têm o sistema imune em baixa atividade).

Esse tipo de doença pode ser causada por vírus, bactérias e fungos, sendo que as bactérias apresentam maior gravidade nas

infecções respiratórias, pneumonia e sinusite. Os sintomas mais comuns são febre, tosse, mal estar, catarro, dor ao respirar e dor de ouvido, às vezes.

“Antes de mais nada é preciso ir ao médico. O tratamento para este tipo de doença normalmente é uma boa hidratação, analgésicos, antitérmicos e, em alguns casos, antibióticos. Às vezes é preciso internação hospitalar, principalmente quando o paciente apresenta vômito”, explica.

O médico destaca que hoje os postos de saúde têm uma gama de boas vacinas, principalmente contra o vírus de influenza, que é dada normalmente



nos meses de abril e maio, antes do inverno, e vacina para pneumonia pneumocócica.

“Recomendo a todos que

Siga as dicas

- ⇒ Mantenha a higiene doméstica
- ⇒ Evite o acúmulo de poeira
- ⇒ Durma em local arejado e umedecido
- ⇒ Utilize umidificadores de ar, toalhas molhadas ou reservatórios com água nos quartos
- ⇒ Planeje as atividades físicas para o período da manhã ou para o fim da tarde
- ⇒ Proteja-se da exposição ao sol no período das 10h às 17h
- ⇒ Use roupas leves, principalmente quando a temperatura estiver acima de 28°C
- ⇒ Evite banho com água muito quente, que provoca ressecamento da pele
- ⇒ Use soro fisiológico para olhos e narinas

puerem e que não tenham alergia a clara de ovo, a tomar a vacina para influenza e pneumonia pneumocócica. Hoje elas têm melhorado muito a vida das pessoas que têm problemas respiratórios”.

Profissão Servidora



Nome – Dioneira Pereira Bueno Brito

Nascimento – 01/12/69

Cargo – Técnico Judiciário

Comarca onde trabalha - Jaciara

Casada – sim

Filhos – sim, um de 10 anos

Tempo de Judiciário – 22 anos

Setor que já trabalhou – Juizado Especial. Sempre gostei por ser um local de atendimento direto ao público. Gosto de atender as pessoas, de poder ajudar, principalmente aquelas que são mais humildes.

Mudança – Ser gestora judiciária do recém inaugurado Centro Judiciário de Solução de Conflitos da Comarca de Jaciara.

Desafio – Estou muito otimista com esse novo desafio profissional. Gostei muito de ter sido convidada para assumir esse cargo. Vou continuar trabalhando com o

atendimento ao público, mas voltado para a conciliação. Vamos ter mais celeridade processual. **Projetos** – Daqui a nove anos vou me aposentar do Judiciário, mas vou continuar atuando na área. Em 2011 me formei em Direito, passei na OAB e quero exercer a advocacia quando me aposentar. Hoje uso o conhecimento da graduação para aprimorar meu trabalho.

Lazer – Quando estou em casa gosto de estudar e brincar com meu filho. Estou fazendo uma pós-graduação à distância, oferecida pelo Tribunal de Justiça. Achei a oportunidade fantástica, pois assim consigo estudar e trabalhar, sou muito disciplinada e aproveito muito o curso. Se a pós não fosse à distância não teria como eu fazer.

Segredo para o trabalho – Ser humilde, simples, estar de bem com a vida e, claro, gostar do que faz.

Justiça Pra que Te Quero

Portal do TJ traz informações sobre uso de recursos públicos



Gastos do Tribunal de Justiça, licitações em andamento, folha de pagamento de pessoal e contratos. Esses e outros assuntos ligados à utilização da verba pública podem ser facilmente encontrados no Portal do Poder Judiciário (www.tjmt.jus.br). Para visualizar basta seguir até a parte superior do site e clicar na aba Acesso à Informação. Ali estão todas as informações relacionadas aos gastos do Judiciário mato-grossense.

“Todo gestor de recursos públicos precisa ter um compromisso com a transparência de suas ações. E os cidadãos precisam adquirir o hábito de cobrar essa transparência, com dados divulgados pela internet”, disse o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Orlando Perri.

No site do Tribunal de Justiça, o link é atualizado diariamente, permitindo aos cidadãos acompanhar e fiscalizar o emprego dos recursos públicos no Poder Judiciário. O TJMT foi um dos pioneiros na implantação desse canal de prestação de contas, ao

liberar o acesso às informações antes mesmo da vigência da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação.

Um dos itens mais visitados é o link Licitações, que traz informações sobre compra de produtos e serviços para toda a Justiça Estadual. A coordenadora administrativa do TJMT, Geyza Biancone, ressalta licitações importantes e vultosas já realizadas neste ano.

Dentre os exemplos está o pregão para aquisição de um automóvel que atuará na prestação jurisdicional do Juizado Especial Itinerante (JEI) e agora aguarda a análise da documentação da empresa. Ela também elenca a contratação de prestação de serviços de estagiário remunerado, locação de relógio

ponto para frequência dos servidores e a compra de circuito interno de segurança para os fóruns.

Conheça os serviços disponíveis no link

Transparência

- Contas Públicas
- Contratos
- Calendário de Licitações
- Composição de Câmaras
- Ata de Registro de Preço
- Relatório de Gestão Fiscal
- Demonstrativos de Diárias
- Relação de Veículos
- Calendário Judiciário
- Resolução - 79 - CNJ - LOA
- Resolução - 79 - CNJ - PPA
- Resolução - 102 - CNJ
- Portaria Nº 80 - Inspeção do Poder Judiciário
- Folha de Pagamento de Pessoal
- Tabela de Temporalidade

Sem Embargos

Homoparentais

Os casais homoafetivos de MT já podem registrar diretamente nos cartórios os filhos nascidos da homoparentalidade biológica, independente de decisão judicial. Provimento da Corregedoria Geral da Justiça também assegura o registro dos nomes dos avôs dos parceiros, sem distinção. O casal homoafetivo deve apresentar declaração de nascido vivo, registro do casamento ou união estável e declaração do centro de reprodução humana.

Estação TJ

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso inaugurou este mês a Rádio Estação TJ, mais uma forma de comunicação do Poder Judiciário com a população. O canal pode ser acessado pelo endereço www.estacaojt.com.br, pela internet ou celular. A rádio também funciona como uma agência de notícias de radiodifusão.

Elevação

A Comarca de Lucas do Rio Verde (354 km de Cuiabá) foi elevada à Terceira Entrância. A comarca, que contava com quatro varas, recebeu o Quinto Juizado Especial e a Sexta Cível. Para abrigar essa nova estrutura, a área do Fórum será ampliada em 700 metros quadrados.

